

CHARGE Max

@cartunista_max



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Congresso volta hoje; deputados locais fazem análise
Acabou o recesso parlamentar. O Congresso Nacional volta hoje à rotina de debates e votações e, como ocorre a cada quatro anos, às vésperas de mais um período eleitoral — no qual os próprios congressistas estarão às voltas com a caça ao eleitor. A volta será marcada pelo rito de costume. Um dos presentes será o presidente Jair Bolsonaro (PL), que lerá mensagem contendo um balanço do ano anterior e indicando prioridades para este ano. Também falarão os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Representante da Baixada Santista na Câmara, a deputada Rosana Valle (PSB) acha possível que “o Brasil saia desta agenda de polarização (ao tratar da eleição presidencial) para empregar todas as suas energias na retomada do crescimento econômico”. Diz, ainda, que “todos estamos cansados da demagogia e a política, que ocupa a agenda do País e não traz resultados práticos”.

Projetos relacionados
Rosana relaciona projetos e empenhimentos ligados ao Governo Federal nos quais procura ter influência — no sentido de que se concretizem — e afirma crer em que terão andamento neste ano de eleições: o Aeroporto Metropolitano, em Guarujá; o túnel entre Guarujá e Santos; a privatização da gestão do Porto; e a recuperação da Ponte dos Barreiros, em São Vicente.



Pretensões
O deputado federal Júnior Bozzella (PSL) é o outro representante da Baixada na Câmara e, na coluna de ontem, analisou o cenário político para este ano. Afora isso, o parlamentar declara ter como pretensão dar “sequência a um mandato municipalista, trabalhando (...) junto aos prefeitos, lideranças e municípios”.

Metas e crítica
Outras metas pessoais de Bozzella são “reformas estruturantes, políticas para retomar a economia e o resgate da pauta social, que foi absolutamente esquecida pelo Governo Federal e pela bancada de deputados que apoia este Governo e este presidente”.

Antecipando-se
A alta da inflação tem servido para vereadores anteciparem o reajuste dos próprios salários. Isso já foi feito em Praia Grande e tende a ocorrer na Câmara de Bertogiã.

Precedente
A Constituição Federal fixa que a correção dos vencimentos deve ser aplicada na legislatura seguinte. Assim, subsídios iguais por quatro anos. Os praia-grandenses, porém, abriram precedente ao citar o “direito subjetivo” a “revisão geral anual”, citado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), limitado às “perdas inflacionárias”.

Negativo é positivo
Com vídeo na rede social Instagram e atraindo um beijo no final da gravação, o prefeito santista, Rogério Santos (PSDB, foto), comunicou que, ontem de manhã, fez teste de covid-19, que deu negativo. Gravou no gabinete, para onde foi logo após receber o resultado. Ele havia sido diagnosticado na terça-feira da semana passada.

Lei determina
É de autoria de Mendes uma lei pela qual todos responsáveis por alunos de escolas públicas e particulares de São Paulo têm de provar que os estudantes de até 18 anos tomaram todas as vacinas obrigatórias. A ordem ficou suspensa com a pandemia, e a exigência, na prática, começa neste ano.

Ainda possível
Mais da covid: com o Carnaval suspenso, a Prefeitura de Santos cancelou os pregões para contratar serviços voltados ao desfile das escolas de samba, que seria nos dias 18 e 19. Mas não é, até nowa ordem, o cancelamento da festa.

“Faltam adjetivos para qualificar a atitude deliberada de facilitar a exposição do processo eleitoral a ataques de criminosos”

Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), criticando atitude de Jair Bolsonaro ao questionar as urnas eletrônicas.



Bandeira que representa o movimento LGBTQIA+ estava pendurada ontem nas galerias; vereadora quer cassação de título dado a ministro

Câmara volta discutindo transporte em Santos

Dois projetos relacionados ao tema foram aprovados em primeira discussão na Casa

SANDRO THADEU DA REDAÇÃO

A primeira sessão do ano da Câmara de Santos, ontem à tarde, ficou marcada pela aprovação de dois projetos de lei relacionados ao transporte coletivo, que é operado no Município pela Viação Piracicabana.

Um deles, de autoria do vereador Fabrício Cardoso (Pode), visa a proibir a circulação de ônibus quando for constatado qualquer funcionamento irregular nos equipamentos de acessibilidade.

Se for verificado algum problema na plataforma capaz de inviabilizar ou diminuir a sua capacidade operacional, o motorista terá de interromper a circulação, e a empresa precisará promover a substituição do veículo.

Elaborada pelo vereador Augusto Duarte (PSDB), a segunda proposição prevê a obrigatoriedade da afiação de dispensadores de álcool em gel nos ônibus municipais.

As duas matérias serão analisadas em segunda discussão amanhã. Se tiverem novo aval dos integrantes da Casa, elas seguem para o Executivo, que poderá sancioná-las ou vetá-las parcial ou integralmente.

Durante a discussão da primeira proposta, diversos vereadores reclamaram da qualidade do serviço prestado pela permissionária do transporte público municipal e dos diversos requerimentos apresentados com base em queixas de usuários.

“É triste a gente ter que aprovar uma legislação como essa. Os ônibus, quando deixam as garagens, precisam sair de lá funcionando adequadamente. A população sabe muito bem os problemas”, frisou Cardoso.

Duarte resumiu o seu sentimento de revolta ao defender a proposta em plenário: “A única coisa que eu tenho para falar é a vergonha des-

ACESSIBILIDADE

Um dos projetos sobre transporte coletivo, do vereador Fabrício Cardoso (Pode), visa a proibição da circulação de ônibus quando for constatado funcionamento irregular nos equipamentos de acessibilidade. Se for verificado algum problema capaz de inviabilizar ou diminuir a sua capacidade operacional, a empresa terá de substituir o veículo.

a Casa em aprovar um projeto dessa natureza contra um desrespeito em nosso Município.”

LUTA CONTRA A HOMOFOBIA

A vereadora Débora Camilo (PSOL) reiterou aos colegas o pedido apresentado, no ano passado, para que a Câmara revogue o título de Cidadão Santista concedido ao ministro da Educação, Milton Ribeiro. Na última segunda-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o título

lar da pasta pelo crime de homofobia.

Nascido em São Vicente, ele foi alvo dessa investigação em razão de uma entrevista sobre educação sexual nas escolas concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, em setembro de 2020, ao dizer que homossexuais são frutos de “famílias desajustadas” e que adolescentes estão “optando por ser gays”.

“O ministro precisa responder por esse crime. Esta Casa precisa dar a sua contribuição pública no combate à homofobia”, destacou. A bandeira que representa a população LGBTQIA+ estava pendurada ontem nas galerias do plenário Dr. Oswaldo De Rosis.

Na mesma sessão, Telma de Souza (PT) afirmou que realizará, em breve, uma audiência pública para discutir a instituição do laboratório de saúde integral para a população trans na Cidade.



Ida de Marcos Libório para o secretariado causou mudanças na Casa

Chita toma posse, e Orlandi assume segunda-secretaria

O vereador Edivaldo Fernandes Menezes, o Chita (PSB), tomou posse ontem na Câmara. Ele assumiu a vaga de Marcos Libório (PSB), que se licenciou da função para assumir a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no lugar de Marcio Gonçalves Paulo.

Primeiro suplente da legenda socialista, ao obter 2.007 votos nas eleições de 2020, Chita é uma liderança da região dos morros e vinha trabalhando como coordenador técnico da Subprefeitura da Região Central Histórica, órgão vinculado à Secretaria de Serviços Públicos.

No ano passado, o integrante do PSB chegou a atuar alguns dias no Legislativo em duas oportunidades diferentes.

Como Libório era o segundo-secretário do Legislativo, um novo pleito foi feito ontem para substituí-lo nesse cargo. Bruno Orlandi (DEM) se colocou à disposição e foi escolhido pelos pares, com exceção de Sérgio Santana (PL), que se posicionou contra a indicação do colega.

Antes dessa decisão, Benedito Furtado (PSB), que não tem interesse no cargo, defendeu que essa vaga ficasse com o novo parlamentar, devido ao acordo político feito para viabilizar a composição da Mesa Diretora, no ano passado.

No entanto, Chita alegou que não se sentia à vontade de assumir essa responsabilidade neste início de mandato.